



Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

***Relatório Financeiro sob o
Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais
da Contabilidade para o Setor
Público (IPSAS na base de caixa).***

**Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa de acordo
com as Normas Internacionais da Contabilidade para o
Setor Público (IPSAS na base de caixa)**

Demonstrações Financeiras
1 de janeiro a 30 de junho de 2023

Índice

1. Demonstração do Fluxo de Caixa	5
2. Demonstração do Desempenho Orçamental	6
3. Notas Explicativas	7
Nota 1: Contexto Operacional	7
Nota 2: Políticas Contabilísticas	7
Nota 3: Abrangência	8
Nota 4: Data da Autorização	8
Nota 5: Das Receitas e Despesas	8
Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa	9
Nota 7: Impostos	9
Nota 8: Contribuições para Segurança social	9
Nota 9: Transferências	10
Nota 10: Outras Receitas do Estado	10
Nota 11: Outros Recebimentos	11
Nota 12: Pessoal e Encargos	11
Nota 13: Aquisição de bens e serviços	12
Nota 14: Juros e outros encargos	12
Nota 15: Subsídios	13
Nota 16: Transferências	13
Nota 17: Benefícios Sociais	14
Nota 18: Outras Despesas do Estado	14
Nota 19: Adiantamentos por regularizar	14
Nota 20: Outros Pagamentos	15
Nota 21: Venda de ativos não financeiros	15
Nota 22: Empréstimos concedidos – amortização	15
Nota 23: Depósitos Certificação Poupança Mi - Levantamentos	16
Nota 24: Compra de Ativos não Financeiros	16
Nota 25: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição	16
Nota 26: Empréstimos Concedidos Mercado Interno	17
Nota 27: Empréstimos Obtidos – Mercado interno	17
Nota 28: Empréstimos Obtidos – Mercado Externo	17
Nota 29: Amortização de Empréstimo Interno	18
Nota 30: Amortização de Empréstimo Externo	18
Nota 31: Amortização de Empréstimo Leasing	19
Nota 34: Saldo Inicial e Final de Caixa	19

1. Demonstração do Fluxo de Caixa

Mapa do IPSAS - Demonstrativo de Fluxo de Caixa	2022	2023	Referência
Fluxos Operacionais			
Recebimentos	33 549 949 406	34 366 862 452	
Impostos	20 477 755 353	24 715 507 523	7
Segurança Social	32 945 950	36 367 434	8
Transferências	529 040 382	1 209 107 752	9
Outras Receitas do Estado	2 927 593 051	3 544 535 249	10
Outros recebimentos (terceiros)	9 582 614 670	4 861 344 494	11
Pagamentos	39 847 497 519	34 538 800 557	
Despesas com pessoal	11 059 736 553	10 559 901 814	12
Aquisição de bens e serviços	4 158 795 290	4 921 465 775	13
Juros e outros encargos	2 725 156 354	3 169 011 079	14
Subsídios	711 588 840	1 329 781 794	15
Transferências	2 454 849 406	2 696 509 678	16
Benefícios Sociais	4 179 150 350	4 657 099 308	17
Outras Despesas	1 340 737 668	723 805 605	18
Adiantamentos por regularizar	716 438 334	453 036 998	19
Outros pagamentos (terceiros)	12 501 044 724	6 028 188 506	20
Fluxo Líquido Operacional	-6 297 548 113	-171 938 105	
Fluxos de Investimentos			
Recebimentos	3 047 380 900	3 164 346 256	
Venda activos não financeiros	368 625 763	90 809 457	21
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	22 669 366	50 235 890	22
Depósitos Certif. Depósito Poupan Mi - Levantament	2 656 085 771	3 023 300 909	23
Pagamentos	2 539 859 689	3 285 847 050	
Compra de activos não financeiros	1 386 507 208	1 872 858 972	24
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	950 514 507	1 366 427 452	25
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	202 837 974	46 560 626	26
Fluxo Líquido Investimento	507 521 211	-121 500 794	
Fluxos de Financiamento			
Recebimentos	17 915 363 299	13 192 688 970	
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	14 929 290 619	7 602 063 807	27
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	2 986 072 680	5 590 625 163	28
Pagamentos	9 912 845 128	12 294 773 302	
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	5 760 192 582	7 124 190 748	29
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	4 095 457 560	5 126 274 959	30
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	57 194 986	44 307 595	31
Fluxo Líquido Financiamento	8 002 518 171	897 915 668	
Fluxo Líquido Total	2 212 491 269	604 476 769	
Saldo Inicial de Caixa	2 007 549 781	3 894 356 719	32
Saldo Final de Caixa	6 545 871 300	1 900 566 253	32

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

2. Demonstração do Desempenho Orçamental

Mapa do IPSAS - Demonstrativo Desempenho Orçamental	Orçamento Inicial	Orçamento Atual	Realizadas	% Inicial	% Atual
Receitas operacionais					
Impostos	44 350 416 191	44 350 416 191	24 715 507 523	55,7%	55,7%
Segurança Social	71 424 961	71 424 961	36 367 434	50,9%	50,9%
Transferências	6 008 611 363	7 400 071 534	1 209 107 752	20,1%	16,3%
Outras receitas	13 807 926 062	13 807 926 062	3 544 535 249	25,7%	25,7%
Outros recebimentos			4 861 344 494	-	-
Soma das Receitas operacionais	64 238 378 577	65 629 838 748	34 366 862 452	53,5%	52,4%
Receitas (vendas) dos Ativos e Passivos					
Ativos Fixos	398 463 054	398 463 054	13 446 780	3,4%	3,4%
Valores	113 938 889	113 938 889	53 962 606	47,4%	47,4%
Recursos naturais	220 000 000	220 000 000	23 400 071	10,6%	10,6%
Soma Venda de Ativos e Passivos	747 401 943	747 401 943	90 809 457	12,2%	12,2%
Total das Receitas	64 985 780 520	66 377 240 691	34 457 671 909	53,0%	51,9%
Despesas Operacionais					
Despesas com pessoal	24 581 079 331	24 699 917 172	10 559 901 814	43,0%	42,8%
Aquisição de bens e serviços	14 764 544 188	16 150 062 463	4 921 465 775	33,3%	30,5%
Juros e outros encargos	5 877 243 068	5 877 243 068	3 169 011 079	53,9%	53,9%
Subsídios	2 021 562 074	2 378 534 657	1 329 781 794	65,8%	55,9%
Transferências	6 502 473 249	6 606 661 677	2 696 509 678	41,5%	40,8%
Benefícios Sociais	9 143 394 633	9 379 886 067	4 657 099 308	50,9%	49,6%
Outras Despesas	3 217 502 742	3 045 436 503	723 805 605	22,5%	23,8%
Adiantamento por regularizar			453 036 998	-	-
Outros pagamentos			6 028 188 506	-	-
Soma das Despesas operacionais	66 107 799 286	68 137 741 606	34 538 800 557	52,2%	50,7%
Compra de Ativos e Passivos					
Ativos Não Financeiros	11 903 868 014	12 365 710 824	1 872 858 972	15,7%	15,1%
Ativos Financeiros	1 955 089 807	2 800 307 886	1 660 548 721	84,9%	59,3%
Soma Compra de Ativos e Passivos	9 948 778 207	9 565 402 938	212 310 251	2,1%	2,2%
Total das Despesas	76 056 577 494	77 703 144 545	34 751 110 808	45,7%	44,7%
Saldo Global	-11 070 796 974	-11 325 903 854	-293 438 899	2,7%	2,6%
Passivos Financeiros - novo financiamento					
Empréstimos Obtidos Pmi - Aquisições	16 650 478 263	16 650 478 263	7 602 063 807	46%	46%
Empréstimos Obtidos Pme - Aquisições	15 012 642 793	15 267 749 673	5 590 625 163	37%	37%
Depósitos Certif Depósito Poupan Pme Aquisições	23 329 473	23 329 473	0		
Passivos Financeiros - reembolsos de financiamento	20 615 653 555	20 615 653 555	12 294 773 302	60%	60%
Empréstimos Obtidos Pme - Amortizações	10 605 905 265	10 605 905 265	5 126 274 959	48%	48%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações	9 822 748 290	9 822 748 290	7 124 190 748	73%	73%
Empréstimos Obtidos Pmi - Amortizações Leasing	187 000 000	187 000 000	44 307 595	24%	24%
Financiamento Líquido	11 070 796 976	11 325 903 854	897 915 668		
Saldo Total	0	0	604 476 769		

Fonte: Ministério das Finanças e Fomento Empresarial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
1 de janeiro a 30 de junho de 2023

3. Notas Explicativas

Nota 1: Contexto Operacional

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, cujas competências são fixadas no artigo 14º do Decreto Lei n.º 37/2016 de 17 de junho, republicado pelo Decreto Lei n.º 14/2018, de 7 de março, constitui uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, tendo como uma das atribuições a gestão das finanças do Estado, donde decorre a competência de através da Direção Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública, coordenar a preparação e compilação das Contas Públicas do Estado, nos termos definidos no Decreto Lei nº 28/2018, de 24 de maio de 2018, em respeito aos princípios e normas gerais estabelecidos na Lei de enquadramento orçamental, da contabilidade pública e dos classificadores orçamentais.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade, das normas internacionais do IPSAS (*International Public Sector Accounting Standards*) e demais práticas emanadas da legislação em vigor, concernentes a Contabilidade de Caixa.

Essas demonstrações financeiras são constituídas pela Demonstração de Recebimentos e Pagamentos de Caixa e pela Demonstração de Desempenho Orçamental, a partir de informações do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira do Governo (SIGOF) e das Notas Explicativas.

Nota 2: Políticas Contabilísticas

O Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial elaborou as demonstrações financeiras, que integram a prestação de contas do II trimestre de 2023 e que estão em processo de adequação aos procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações financeiras em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NICSP sob o regime de caixa) e as boas práticas cabo-verdianas de Contabilidade Pública. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Escudos Cabo-verdianos (CVE), que é a moeda oficial do país e também a moeda de apresentação.

Nota 3: Abrangência

As demonstrações financeiras são do Governo Central, formado pelos Órgãos de Soberania, Serviços Simples (Ministérios), Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos e por duas Agência Reguladoras, perfazendo um total de 79 instituições, cada qual com obrigação da execução do orçamento no sistema integrado de gestão orçamental e financeira do Governo (SIGOF) e do envio dos balancetes mensais, trimestrais e anuais conforme disposto no decreto Lei nº 1/2023, de 02 de janeiro de 2023.

Assim, o Governo Central abrange:

- Órgãos de Soberania – 8
- Serviços Simples – 23 (incluindo as estruturas que compõem a Chefia do Governo)
- Institutos Públicos, Fundos e Serviços Autônomos – 46
- Entidades Reguladoras - 2

Nota 4: Data da Autorização

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 15 de agosto de 2023 pelo Dr. Olavo Correia, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial.

Nota 5: Das Receitas e Despesas

As receitas são provenientes de impostos, taxas, prestação de serviços, contribuição para segurança social, donativos, sendo recebidas por via bancária (registadas na conta única do tesouro), classificadas e escrituradas pelo regime de caixa, em Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2023, aprovado a 02 de janeiro de 2023.

As despesas foram realizadas para custeio das atividades de funcionamento, pessoal e encargos, e outras despesas de natureza institucional, obedecendo as fases da despesa pública (cabimento, autorização, verificação, liquidação e pagamento), sendo, na sua maioria, efetuadas através de ordem bancária/transferência eletrónica de fundos e escrituradas pelo regime de caixa no Sistema de Contabilidade Pública Informatizado, seguindo as normas e os procedimentos estabelecidos no Decreto-lei n.º 29/2001, de 19 de novembro e no Decreto-lei do Orçamento do Estado de 2023, aprovado a 02 de janeiro de 2023.

Nota 6: Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data da transação dos recebimentos.

As disponibilidades da Administração Direta estão afetadas à Conta Única do Tesouro (CUT) que acolhe praticamente todas as disponibilidades financeiras da Administração Central.

Nota 7: Impostos

Impostos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
DGCI	12 408	0	12 408	8 789
DGA	12 308	0	12 308	11 689
Total de Impostos	24 716	0	24 716	20 478

No segundo trimestre de 2023, registrou-se um aumento de receita de impostos na ordem dos 20,7%, quando comparado aos dados do trimestre homólogo. Este acréscimo deriva das variações positivas dos impostos sobre rendimentos em 33,0%, do tributo especial unificado em 37,0%, dos impostos sobre bens e serviços em 21,6%, dos impostos sobre transações internacionais em 6,4% e outros impostos em 12,2%. As receitas da DGCI representaram 50,2% do total dos impostos e as arrecadadas pela DGA totalizaram os 49,8%.

Nota 8: Contribuições para Segurança social

Contribuições para segurança social	Administração Direta	Fundos e Serviços Autônomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Taxa social única	0	0	0	0
Contribuições para segurança social	36	0	36	33
Outras contribuições	0	0	0	0
Total de Contribuições	36	0	36	33

As receitas advindas da segurança social, em junho de 2023, apresentaram um acréscimo de 10,4%, em face ao período homólogo de 2022. A sub-rubrica contribuições para a caixa de aposentações e pensões respondem por 99,3% do total da arrecadação das contribuições para a segurança social.

Nota 9: Transferências

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Governos Estrangeiros	878	75	953	279
Organismos Internacionais	58	8	66	79
Administrações Públicas	36	155	190	171
Total de Transferências	971	238	1 209	529

O agrupamento económico das transferências apresentou um acréscimo na ordem dos 128,5%, comparativamente ao período homólogo, sendo a rubrica governos estrangeiros representando 78,8% e as administrações públicas 15,7% do total de arrecadação desta receita. Concerne aos organismos internacionais o peso remanescente de 5,4% do total.

Nota 10: Outras Receitas do Estado

Outras Receitas do Estado	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Rendimentos de propriedade	175	176	351	162
Venda de bens e serviços	1 948	853	2 801	2 514
Multas e outras penalidades	209	6	215	112
Outras transferências	41	40	81	60
Outras receitas diversas e não especificadas	74	23	97	79
Total de Outras Receitas	2 447	1 098	3 545	2 928

No trimestre em análise, a rubrica outras receitas registaram um acréscimo de 21,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, através da performance das sub-rubricas que compõem os principais elementos desse agregado de receitas:

- i. venda de bens e serviços, que aumentaram 11,4% (+286,6 milhões de CVE), devido a variação positiva, nomeadamente na taxa de segurança aeroportuária, das taxas de serviços de passaportes, das taxas de serviços aduaneiros guarda-fiscal, taxas de serviços policiais, dos emolumentos pessoais dos serviços de polícias e fronteiras, dos emolumentos judiciais, das taxas de serviços de viação, das outras taxas diversas e das outras taxas de outros serviços;
- ii. rendimentos de propriedade registou um acréscimo de 115,9% (+188,2 milhões de CVE), essencialmente nas sub-rubricas rendas de outras concessões e outras rendas;

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

- iii. verificou-se uma variação homóloga positiva nas receitas com multas e outras penalidades em 92,1% (+102,9 milhões de CVE);
- iv. um aumento na rubrica das outras receitas diversas e não especificadas em 23,0%; (+18,1 milhões de CVE), especificamente nas arrecadações com receitas na rubrica outras receitas diversas não especificadas;
- v. registou-se um aumento na arrecadação das outras transferências em 35,1% (+21,1 milhões de CVE).

Nota 11: Outros Recebimentos

No agrupamento “outros recebimentos” enquadra-se os recebimentos por conta de terceiros e que são depositados no Tesouro, nomeadamente, cauções e contas de entidades externas ao Governo abertas no banco Tesouro e montantes dos cheques e transferências já emitidas que carecem de compensação financeira.

Até junho de 2023, registou-se um total de recebimentos de 4.861,3 milhões de CVE, enquanto que no mesmo período em 2022 o valor recebido foi de 9.582,6 milhões de CVE.

Nota 12: Pessoal e Encargos

Pessoal e Encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Pessoal e encargos	2023	2023	2023	2022
Remunerações certas e permanentes	7 038	2 819	9 857	9 986
Encargos com a segurança social	437	266	703	1 074
Total Pessoal e encargos	7 475	3 085	10 560	11 060

No segundo trimestre de 2023, as despesas com pessoal e encargos representaram 34,8% do total das despesas da Administração Central, atingindo os 10.559,9 milhões de CVE, sendo que as Remunerações certas e permanentes respondem a 93,3% do total desta rubrica e os Encargos com a segurança social 6,7%. Estão incluídos nesse grupo, a remuneração do pessoal ativo e subsídios. Compreende ainda, as obrigações laborais de responsabilidade do empregador, contribuições a entidade de previdência e benefícios eventuais englobando encargos com saúde, seguros e acidentes no trabalho entre outros.

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

A Administração direta corresponde a 70,8% do total de despesas desta rubrica e os Fundos e Serviços Autónomos com 29,2%. Comparando o ano de 2023 com o ano de 2022, verificou-se que as despesas com pessoal e encargos diminuíram 4,5% (-499,8 milhões de CVE).

Nota 13: Aquisição de bens e serviços

Aquisição de bens e serviços	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Aquisição de bens	467	716	1 183	1 217
Aquisição de serviços	2 794	944	3 738	2 941
Total aquisição de Bens e serviços	3 261	1 661	4 921	4 159

A rubrica aquisição de bens e serviços, quando comparado com mesmo período do ano de 2022, apresentou um aumento de 18,3%, correspondendo a um peso de 16,2% do total das despesas, situando-se em 4.921,5 milhões de CVE.

Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as despesas com aquisição de bens correspondem a 24,0% e a aquisição de serviços 76,0% do total de despesas desta rubrica económica.

Nota 14: Juros e outros encargos

Juros e outros encargos	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Juros da dívida Externa	1 469	0	1 469	1 079
Juros da dívida Interna	1 659	0	1 659	1 634
Outros Encargos	41	0	41	12
Total de juros e encargos	3 169	0	3 169	2 725

Comparando-se o segundo trimestre de 2023 com o de 2022, verificou-se um aumento de 16,3% na rubrica juros e outros encargos. Esta performance, deveu-se ao acréscimo nas despesas com os juros da dívida pública externa em 36,2% (+390,0 milhões de CVE) justificado, pela moratória do serviço da dívida concedida pelos credores bilaterais e um comercial no período homólogo precedente, bem como pelo início do pagamento de capital de alguns empréstimos e do aumento dos juros da dívida pública interna em 1,5% (+25,2 milhões de CVE). Esse aumento resulta das novas emissões ocorridas nos anos transatos e no ano em análise.

Nota 15: Subsídios

Subsídios	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Subsídios Empresas Públicas Não Financeiras	364	200	564	204
Subsídios Empresas Privadas Não Financeiras	196	570	765	507
Total de subsídios	123	770	1 330	712

Em junho de 2023, a rubrica subsídios apresentou um aumento de 86,9% quando comparado com o mesmo período do ano transato, em decorrência da sub-rubrica subsídios às empresas privadas não financeiras, que apresentou um aumento de 258,1 milhões de CVE, em face ao período homólogo de 2022. Pese embora a diminuição dos subsídios transferidos no âmbito da Resolução n.º 54/2021 de 16 de abril (resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas), regista um aumento dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Medidas estas adotadas através das Resoluções n.º 28/2022 de 25 de março e n.º 64/2022, de 10 de junho.

Nota 16: Transferências

Transferências	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Para Governos Estrangeiros	48	58	106	66
Organismos Internacionais	14	5	19	12
Administrações Públicas	2 502	52	2 554	2 377
Para outras Entidades	0	18	17,8	0
Total de Transferências	2 564	133	2 697	2 455

O total de transferências efetuadas aos organismos e entidades, para financiar as despesas, até junho de 2023, foi de 2.696,5 milhões de CVE, representando um aumento de 241,7 milhões de CVE, relativamente ao mesmo período do ano transato. Analisando a execução em termos desagregados, constatou-se que, as transferências destinadas a fazer face aos compromissos das administrações públicas correspondem a 95,4% do total das transferências, seguido das despesas para os governos estrangeiros com 3,9%, organismos internacionais com 0,7% e outras entidades com 0,7%.

Nota 17: Benefícios Sociais

Benefícios Sociais	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Pensões e Reformas	3 221	975	4 196	3 807
Evacuações de Doentes	25	162	187	197
Outros Benefícios Sociais em Numerário	252	22	274	175
Benefícios Sociais Em Espécie	0	1	1	0
Total de Benefícios Sociais	3 498	1 159	4 657	4 179

Os gastos com benefícios sociais atingiram uma execução de 4.657,1 milhões de CVE. Do montante executado, atestou-se que, grande parte do mesmo, 90,1% foi canalizado para pensões e reforma. As pensões de aposentação e as pensões do regime não contributivo, cifraram em 2.893,2 milhões de CVE e 1.050,9 milhões de CVE, respetivamente, representando 62,1% e 22,6% do total de benefícios sociais.

Relativamente aos benefícios de assistência social, estes assinalaram uma variação homóloga positiva de 23,8% (+88,6 milhões de CVE).

Nota 18: Outras Despesas do Estado

Outras Despesas	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Seguros	16	22	38	36
Partidos Políticos	37	0	37	36
Organizações não governamentais	22	50	72	432
Restituições	55	1	56	39
Indeminzações	75	1	76	387
Outras Despesas	104	342	446	410
Total de Outras Despesas	309	415	724	1 341

No que se refere a rubrica “Outras despesas do Estado”, estas registaram uma diminuição no montante de 616,9 milhões de CVE, quando comparado com o mesmo período em 2022. A rubrica outras despesas do Estado correspondem a 2,4% do total de pagamentos efetuados pela Administração Central no segundo trimestre de 2023.

Nota 19: Adiantamentos por regularizar

Esse agrupamento é referente aos adiantamentos efetuados à Comissão Nacional de Eleições e às Missões Diplomáticas e Serviços Consulares. A regularização decorrerá no processo de

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência. No período em análise a despesa por regularizar, situou-se em 453,0 milhões de CVE.

Nota 20: Outros Pagamentos

No agrupamento “outros pagamentos” enquadra-se os pagamentos efetuados pelo Tesouro por conta de terceiros, utilizando os recursos destes depositados no Banco Tesouro e montantes dos cheques e transferências já emitidas que carecem de compensação financeira.

Até junho de 2023, verificou-se um total de pagamentos de 6.028,2 milhões de CVE contra 12.501,0 milhões de CVE do ano de 2022.

Nota 21: Venda de ativos não financeiros

Venda Ativos Não Financeiros	Administração Directa	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Ativos fixos	11	3	13	5
Existências	0	0	0	0
Valores	0	54	54	0
Recursos naturais	23	0	23	364
Total Venda Ativos Não Financeiros	34	57	91	369

As vendas de ativos não financeiros cifraram-se em 90,8 milhões de CVE, registando um decréscimo de 75,4% (-277,8 milhões de CVE) comparativamente ao mesmo período do ano transato. Esta diminuição é devido a algumas vendas pontuais de ativos, que ocorreram em 2022 e não se registou em 2023.

Nota 22: Empréstimos concedidos – amortização

Empréstimos Concedidos - Amortização	Administração Directa	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Empréstimos Concedidos	50	0	50	23
Total de Empréstimos Concedidos	50	0	50	23

Esta rubrica engloba as operações de amortizações efetuadas por terceiros no âmbito de empréstimos concedidos a título reembolsável. A conta de amortização de empréstimos concedidos no mercado interno resulta, essencialmente, do reembolso dos empréstimos concedidos às empresas públicas e autarquias locais.

Nota 23: Depósitos Certificação Poupança Mi - Levantamentos

Refere-se a movimentações nas contas bancárias, decorrente de saldos que foram utilizados para financiamento das despesas correntes. O total de saldos acumulados nesse trimestre é de 3.023,3 milhões de CVE.

Nota 24: Compra de Ativos não Financeiros

Compra Ativos não financeiros	Administração Directa	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Ativos fixos	1 682	168	1 850	1 383
Recursos naturais	20	3	23	3
Total de Compra Ativos não financeiros	1 702	171	1 873	1 387

No segundo trimestre de 2023, a compra dos ativos não financeiros, registou um total de 1.872,9 milhões CVE, o que representa um aumento de 35,1% (+486,4 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo. Esta performance, resulta do acréscimo da aquisição de ativos fixos e ativos de recursos naturais, que ocorreram no segundo trimestre de 2023, mas não registraram no mesmo período de 2022.

Nota 25: Ações e Outras Participações Mercado Interno – Aquisição

Ações e Outras Participações	Administração Direta	Fundos e Serviços	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
NEWCO	300	0	300	881
TACV	1 000	0	1 000	0
OUTROS	67	0	67	70
Total de Ações e Outras Participações	1 366	0	1 366	951

As ações e outras participações adquiridas pelo Estado durante o segundo trimestre de 2023 totalizou os 1.366,4 milhões de CVE, um aumento de 415,9 milhões de CVE, em face ao ano de 2022. As participações são, maioritariamente, investimentos em empresas públicas.

Nota 26: Empréstimos Concedidos Mercado Interno

Empréstimos Concedidos - Mi Concedidos	Administração Directa	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Empréstimos Concedidos	47	0	47	203
Total de Empréstimos Concedidos	47	0	47	203

De janeiro a junho de 2023, o Governo concedeu 46,6 milhões de CVE de empréstimos no mercado interno, contra 202,8 milhões de CVE, no mesmo período homólogo de 2022.

Nota 27: Empréstimos Obtidos – Mercado interno

Empréstimos Obtidos PMI - Aquisições	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Empréstimos Obtidos	7 602	0	7 602	14 929
Total de Empréstimo Interno	7 602	0	7 602	14 929

As contas de empréstimos internos estão classificadas conforme a origem do credor interno. Deste montante, a maior parcela 5.336,7 milhões de CVE refere-se a obrigações do tesouro, seguido de bilhetes do tesouro de 2.248,2 milhões de CVE. Verifica-se uma diminuição de 49,1% (-7.327,2 milhões de CVE) dos empréstimos internos em relação ao exercício de 2022.

Nota 28: Empréstimos Obtidos – Mercado Externo

Empréstimos Obtidos	Administração Directa	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Multilateral	5 469	0	5 469	2 923
BAD	414	0	414	604
BADEA	0	0	0	25
FIDA	0	0	0	55
OPEC	486	0	486	0
BM/IDA	2 424	0	2 424	655
IMF	2 146	0	2 146	1 584
Bilateral	122	0	122	63
FUNDO KUWAIT	0	0	0	63
JICA	122	0	122	0
Comercial	0	0	0	0
Total de Empréstimos Obtidos	5 591	0	5 591	2 986

Relatório Financeiro sob o Regime de Caixa da Contabilidade

Os empréstimos obtidos a longo prazo estão classificados conforme a origem do credor externo, sendo multilateral, bilateral e comercial. Tais passivos estão concentrados na categoria multilateral, especificamente como empréstimos a longo prazo, correspondendo a 100% dos valores totais dos empréstimos a longo prazo. Deste montante, a maior parcela 2.423,7 milhões de CVE refere-se à dívida com o BM/IDA ligados ao setor de economia, educação e tecnologia de informação.

Nota 29: Amortização de Empréstimo Interno

Empréstimos obtidos - Pmi Amortizações	Administração Directa	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2 022
Empréstimos obtidos	7 124	0	7 124	5 760
Total de Empréstimos obtidos	7 124	0	7 124	5 760

Em junho de 2023, o item amortização de empréstimo interno cifrou-se em 7.124,2 milhões de CVE, apresentando um aumento de 23,7% (+1.364,0 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período do ano transato, reflexo do perfil de amortização dos títulos que constituem o portfólio da dívida interna.

Nota 30: Amortização de Empréstimo Externo

Amortização de Empréstimo Externo	Administração Direta	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Amortização de Empréstimo Externo	5 126	0	5 126	4 095
Total de Amortização de Empréstimo Externo	5 126	0	5 126	4 095

Comparando-se o segundo trimestre de 2023 com o de 2022, verificou-se um aumento no total de amortização do empréstimo externo em 1.030,8 milhões de CVE (+25,2%), cifrando-se em 5.126,3 milhões de CVE.

Nota 31: Amortização de Empréstimo Leasing

Amortização de Empréstimo Leasing	Administração Directa	Fundos e Serviços Autónomos	Agregado	
	2023	2023	2023	2022
Amortização de Empréstimo Leasing	44	0	44	57
Total de Amortização de Empréstimo Leasing	44	0	44	57

Relativamente a amortização de empréstimos leasing (decorrente da política de aquisição de viaturas do Estado), estes assinalaram uma variação homóloga negativa de -22,5% (-12,9 milhões de CVE).

Nota 34: Saldo Inicial e Final de Caixa

O saldo inicial provisório da conta do Orçamento do Estado situou em 3.894,4 milhões de CVE tendo encerrado com 1.900,6 milhões de CVE em 30 de junho de 2023.

Cabe mencionar que o saldo de depósito considerado nos demonstrativos financeiros diz respeito somente ao saldo da conta única do Tesouro do orçamento do Estado e cuja informação é estimada através das estatísticas do BCV. De observar que as estatísticas relativamente a 2023 ainda estão em processo do apuramento por parte daquela instituição. Prevê-se que saldo definitivo seja reportado aquando da apresentação da Conta Geral do Estado para 2023.